

# SUMÁRIO

## DOUTRINA

### ARTIGOS

A difusão de políticas públicas orçamentárias: influência do modelo brasileiro de Orçamento Participativo na Itália e suas diferenças substanciais

**Diêgo Domiciano Vieira Costa Cabral**.....13

O edital de pregão segundo a Lei nº 14.133/21

**Fernanda Alves Andrade Guarido**.....31

Organizações Sociais e despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal

**Ivan Barbosa Rigolin**..... 43

Licitação de publicidade após a vigência da Lei nº 14.133/2021: alguns aspectos da compatibilização entre leis

**Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, José Osvaldo Fontoura de Carvalho Sobrinho** .....51

Esclarecendo as dispensas para manutenções veiculares

**Leonardo Vieira de Souza**.....59

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

ADI – Direito Financeiro e Orçamentário – Lei nº 5.695/2016 do Distrito Federal – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 – Cálculo do limite da despesa total com pessoal, contratos de terceirização de mão de obra, substituição de servidores e empregados públicos – Contabilização – Burla ao limite previsto no artigo 169 da Constituição Federal de 1988 – Art. 18, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Usurpação da competência da União. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.598/DF

**Supremo Tribunal Federal** .....67

ADI – Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Regulamentação de práticas de fiscalização e prestação de contas de recursos públicos repassados a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio do Sistema Integrado de Transferências (SIT) – Edição de resolução e instrução normativa – Exercício do poder de controle externo dos Tribunais de Contas – Relação instrumental com deveres de transparência, probidade e eficiência previstos na própria Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação estadual que regula o funcionamento do controle externo – Competência regulamentar para explicitar deveres legais em matéria de procedimentos e documentação – Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.872/PR

**Supremo Tribunal Federal** .....75

TCU – Representação – Supostas irregularidades em pregão presencial conjunto – Contratação de serviços de administração, intermediação e fornecimento de benefício alimentação e refeição aos colaboradores das entidades do sistema da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE (Senai/PE, Sesi/PE, FIEPE, IEL/PE e CIEPE) – Previsão de desempate das propostas baseada em votação a ser realizada entre os empregados – Critério de julgamento objetivo e detalhado no edital do certame – Possibilidade – Previsão de prazo irrazoável para a contratada apresentar rede de estabelecimentos credenciados – Recomendações. Representação nº 007.906/2022-6

**Tribunal de Contas da União** .....121

TCU – Representação – Licitação – Planejamento – Modalidade de licitação – Contratação direta – Legislação aplicável – Artigo 191 da Lei federal nº 14.133/2021 – Opção por licitar ou contratar pelo regime anterior da Lei federal nº 8.666/1993, Lei federal nº 10.520/2002 e Artigos 1º a 47-A da Lei federal nº 12.472/2011 até 31/03/2023 – Possibilidade de ter os procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que o edital seja publicado até 31/12/2023 – Entendimento fixado. Representação nº 000.586/2023-4

**Tribunal de Contas da União** .....147

Direito Administrativo e Processual Civil – Ação Civil Pública – Improbidade administrativa – Tema nº 1.099/STF – Teses fixadas – Obras de saneamento básico e de esgotamento sanitário no município

de Angra dos Reis/RJ – Verbas provenientes de contrato de repasse (União Federal e Município) – Indevido desmembramento em três obras, licitadas em tomadas de preços simultâneas – Violação do art. 23, I “c” e 1º e 5º da Lei nº 8.666/1993. Apelação Cível nº 0500140-50.2015.4.02.5111/RJ

**Tribunal Regional Federal da 2ª Região** .....183

#### CONSULTA

Consulta – Prefeitura municipal – Licitação – Sistema de registro de preços – Regularidade de adesão em ata na vigência de ata de idêntico objeto celebrada pelo ente – Decreto Federal nº 7.892/2013 – Possibilidade de contratação. Processo nº 1120108

**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**..... 211

#### EMENTÁRIO

CONCESSÃO E PERMISSÃO .....	219
CONSTITUCIONAL .....	221
CONTRATAÇÃO DIRETA.....	221
CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	222
CONTROLE INTERNO E EXTERNO .....	224
CONVÊNIO.....	225
LICITAÇÃO .....	226
PENAL E PROCESSO PENAL.....	227

#### TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

ADMINISTRATIVO.....	231
CONTROLE INTERNO E EXTERNO .....	232

#### **LEGISLAÇÃO COMENTADA**

Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 34)

**Antônio Flávio de Oliveira** ..... 235

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO..... 237

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES ..... 239